

## **SOUSA, Marcondes Alves de**

\*militar; pres. ES 1912-1916.

*Marcondes Alves de Sousa* nasceu em Itaúna (MG) a 12 de setembro de 1868.

Mudou-se para o Espírito Santo com 15 anos, na companhia de dois irmãos, fixando-se inicialmente em São José do Calçado. Começou a trabalhar como valeiro, ou seja, abridor de valas, que naquele tempo marcavam os limites entre fazendas, propriedades e aglomerações urbanas. Tornou-se depois comerciante e, finalmente, fazendeiro, em Muqui, à época distrito do município de Cachoeiro de Itapemirim. Casou-se com uma moça da parentela de Bernardino e Jerônimo de Sousa Monteiro, e mudou seu nome, trocando o do pai, Fonte Boa, que até então usava, por Sousa. Sua carreira política começou em Cachoeiro sob o patrocínio dos Monteiro. Fez parte do governo municipal em sucessivas legislaturas, de 1900 a 1912, presidindo-o a partir de 1908.

Em 1910, no governo de Jerônimo Monteiro, foi eleito indiretamente, pelo Legislativo, para ocupar uma vaga de vice-presidente do estado. Em 1912, Jerônimo Monteiro o indicou como candidato à sua sucessão, provocando fortes reações contrárias no estado, inclusive entre seus aliados, alguns dos quais passaram à oposição. Foi lançada uma chapa encabeçada por um médico do Exército, Getúlio Florentino dos Santos, capixaba de família de políticos, mas que até então não tinha tido militância política e servia no Rio de Janeiro. Os candidatos às três vagas de vice-presidente eram o médico e político José Gomes Pinheiro Júnior, opositor de Jerônimo Monteiro, César Augusto Mendes Veloso, também médico e irmão do líder do governo Jerônimo Monteiro no Legislativo Thiers Veloso, e Antônio Marins, republicano histórico de Cachoeiro, que se tornaria mais tarde historiador do seu município.

Estava-se, então, no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), durante o qual militares poderosos, entre eles o filho do presidente, Fonseca Hermes, promoveram intervenções nas eleições de vários estados com o propósito de tirar do poder oligarquias consolidadas, acusadas de cometer graves abusos e de corrupção, e impuseram candidatos

militares. Certamente era isso que a oposição esperava obter no Espírito Santo, tanto mais que Getúlio dos Santos era médico da família do presidente da República. Alegando a falta de instrução de Marcondes Alves de Sousa e sua dependência em relação aos Monteiro, os oposicionistas acusavam a estes de pretender consolidar uma oligarquia familiar e apresentavam uma chapa de doutores que combateria o coronelismo representado pelo candidato oficial.

Houve conflitos em muitos municípios, às vezes violentos, porém o governo conseguiu impor seu candidato, e Marcondes tomou posse a 23 de maio de 1912. Encontrou as finanças do estado arruinadas, após o governo de grandes empreendimentos de Jerônimo Monteiro, e, ao contrário do que esperavam todos, expôs as dificuldades, não omitindo os problemas criados pelo antecessor. Era uma atitude ousada, pois devia sua eleição, e de resto sua carreira política, aos Monteiro, além de ter contra si uma forte oposição. Seus patrocinadores detinham grande poder: Bernardino fora eleito senador; Jerônimo presidia o único partido existente, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES); um terceiro irmão, dom Fernando, era o bispo do Espírito Santo; um quarto irmão, Antônio, era presidente do Legislativo estadual e, quando faleceu em 1913, foi substituído no cargo pelo próprio Jerônimo; finalmente, um quinto irmão, José, era o representante do governo na direção do Banco Hipotecário e Agrícola, sociedade de economia mista criada por Jerônimo, e principal fonte dos problemas financeiros. Porém, para enfrentar a situação e aliviar as finanças do estado, era preciso expô-la ao Legislativo, ou seja, torná-la pública.

Marcondes amparou-se, para isso, num dos mais poderosos políticos nacionais, o senador Pinheiro Machado, de quem se aproximou a ponto de fazê-lo padrinho de uma de suas filhas. O senador era o fundador e chefe do Partido Republicano Conservador, de âmbito nacional, ao qual o PRES era filiado, e fora o patrocinador da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República. Assim fortalecido, Marcondes obteve do Legislativo liberdade para agir: contrapôs-se às exigências do banco, negou-se a pagar o que este cobrava como garantia de juros, e recorreu a Rui Barbosa para dar um parecer sobre a questão, levada à Justiça. Simultaneamente, apresentou ao banco uma proposta para

encerrar o contrato com o estado, assumindo este um passivo menor do que os gastos que teria na situação então existente.

Sem recursos para empreender ações onerosas, Marcondes limitou-se a tomar medidas que não implicassem gastos elevados: promoveu uma reforma da Constituição estadual, que instituiu o cargo de prefeito, criou a comarca de Calçado e instalou o município de Muqui, separado de Cachoeiro.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) interrompeu as negociações com o Banco Hipotecário e Agrícola, cujos sócios eram capitalistas franceses, e agravou a crise financeira do estado, pois provocou a queda das exportações e do câmbio. E o apoio de Marcondes para enfrentar o poder dos Monteiro desapareceu com o assassinato de Pinheiro Machado, em setembro de 1915. Encerrou então sua tentativa de independência e foi envolvido na mais grave crise política que o Espírito Santo vivenciou na Primeira República, ao apoiar a candidatura de Bernardino Monteiro à sua sucessão em 1916.

Essa candidatura despertou forte oposição e desencadeou uma rebelião armada, conhecida como Revolta do Xandoca, apelido do coronel Alexandre Calmon, líder político de Colatina (sede do município de Linhares), que chefiou a reação ao governo. A oposição reunia a bancada federal capixaba, à exceção de Bernardino e Jerônimo Monteiro (então deputado), numerosos chefes políticos estaduais e municipais, e conseguiu, no início, o apoio do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918). Seu candidato era José Gomes Pinheiro Júnior, tendo como companheiro de chapa Alexandre Calmon, vice-presidente no governo Marcondes. Como em outras crises da Primeira República, formou-se uma “duplicata” de assembleias e outra de governo, ou seja, dois Legislativos se declararam legítimos e cada um deles reconheceu a eleição e empossou um presidente do estado. A oposição recorreu ao governo federal, contestando a eleição e a posse do candidato governista, e pedindo a intervenção federal no estado para garantir seu candidato. A decisão era demorada, pois seria tomada pelo Congresso Nacional.

No dia 23 de maio de 1916, término de seu mandato, Marcondes passou o cargo a Bernardino Monteiro. Os opositoristas tentaram realizar um ato público marcando a posse

de seus candidatos pelo “seu” Legislativo, mas foram duramente reprimidos a tiros, e Vitória teve cortadas a energia elétrica e as comunicações telegráficas. A violência havia começado anteriormente, com a polícia invadindo residências e destruindo a oficina do jornal de oposição *A Tarde*. Casas de oposicionistas foram atacadas a bala, e estes tiveram de se abrigar em prédios federais, guardados por tropas do Exército. Encerrou-se assim, melancolicamente, o governo Marcondes. A revolta continuou com muita violência no estado e terminou com o reconhecimento de Bernardino e a concessão de anistia aos envolvidos pelo Congresso Nacional, em agosto de 1916.

Apesar do apoio dado a Bernardino em situação tão difícil, Marcondes não foi mais aceito pelos Monteiro, sobretudo por Jerônimo. Continuou sua carreira como coronel municipal e, após a nova crise sucessória de 1920, voltou ao poder no âmbito estadual, como membro da executiva do PRES. A Revolução de 1930 encerrou sua carreira.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 29 de abril de 1938.

De seu casamento com Almerinda Rosa de Sousa, teve cinco filhos; um deles, que tinha o nome do pai, foi deputado estadual em duas legislaturas (1916-1918 e 1922-1924).

*Nara Saletto/Fernando Achiamé*

FONTES: *Cachoeirano* (1912-1913); CHEQUER FILHO, N. *Revolta*; NOVAES, H. *Memórias*; PEREIRA, A. *Homens*; SANTOS, A. *Republicano*; SOUZA, Marcondes Alves de. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo (8/10/1912, 22/10/1913, 15/10 1914, 8/9/1915).